

JORNAL meionorte



TEMPERATURA: Máxima: 34°
Mínima: 24°

ANO XXII - Nº 8957 - TERESINA (PI), QUARTA-FEIRA, 1 DE FEVEREIRO DE 2017

VALORES: CAPITAL E INTERIOR: R\$ 2,00
OUTROS ESTADOS: R\$ 2,50



EFRÉM RIBEIRO

LIÇÃO

O conselheiro-substituto Delano Câmara tem transformado em horas-aulas as multas aplicadas em gestores e ex-gestores por irregularidades detectadas nas prestações de contas julgadas no Tribunal de Contas do Estado (TCE-PI). Na sessão de terça-feira da 1ª Câmara, ele aprovou com ressalvas as contas de 2015 da Fapepi (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Piauí), e condenou o presidente Francisco Guedes Alcoforado Filho, a pagar multa de 500 UFR-PI (Unidade Fiscal de Referência do Piauí), por falhas detectadas nos documentos.

VOLTA AOS BANCOS ESCOLARES

O conselheiro Delano Câmara determinou que a multa aplicada ao presidente Francisco Guedes, equivalente hoje a aproximadamente R\$ 1.500,00, seja convertida pelo gestor em 100 horas-aulas de curso na Escola de Gestão e Controle (EGC) do TCE-PI. O conselheiro do TCE do Piauí, Kleber Eulálio, fez as contas e acha que Francisco Guedes vai cumprir as 100 horas-aulas em seis meses.

ESCOLA DE CONTAS

A Escola de Contas, como é conhecida a EGC, oferta cursos de gestão, treinamentos e pós-graduações nas áreas de Direito, Administração, Contabilidade e outras. Delano Câmara também determinou à ex-presidente da Câmara Municipal de Bocaina, Maria dos Remédios Leal, a assistir

25 horas-aulas de cursos como compensação para multa de 250 UFR-PI aplicada por falhas na prestação de contas do Legislativo municipal do exercício de 2014.

PENA ALTERNATIVA

A pena alternativa a gestores públicos vem sendo aplicada pelo conselheiro-substituto do TCE-PI, Delano Câmara, desde o ano passado. Ele justifica que os cursos contribuem para dar conhecimento técnico ao gestor e pode ser ferramenta importante para reduzir as falhas técnicas e irregularidades na gestão pública.

FALHAS FORMAIS

O conselheiro Delano Câmara teve a ideia das horas-aulas como pena alternativa porque os advogados dos gestores, para evitar suas condenações pelo TCE, alegam que foram falhas formais, resultado desconhecimento dos acusados. "As prestações de contas sempre trazem falhas técnicas e erros formais de gestão, problemas que o gestor pode evitar participando desses cursos", explica ele.

IRREGULARIDADES

A 1ª Câmara do Tribunal de Contas do Estado (TCE-PI) julgou procedente denúncia de supostas irregularidades na licitação e execução das obras da pista de atletismo da Universidade Estadual do Piauí (Uespi). A decisão saiu na sessão da terça-feira, presidida pelo conselheiro Kleber Eulálio.



Coluna Curtas. Página 3. Editoria de Política

APÓS RECESSO

Câmara de Teresina promove Sessão Especial de instalação dos trabalhos da 18ª Legislatura e abertura do Ano Legislativo 2017. A solenidade terá prefeito Firmino Filho

Câmara inicia ano votando reajuste para os professores

FRANCY TEIXEIRA
DE POLÍTICA

Com o fim do recesso legislativo, a Câmara de Teresina promove nesta quarta-feira, dia 01, Sessão Especial de instalação dos trabalhos da 18ª Legislatura e abertura do Ano Legislativo 2017. A solenidade contará com a presença do prefeito, Firmino Filho (PSDB), que fará a leitura da mensagem anual aos vereadores, destacando as ações promovidas ao longo dos últimos anos e os desafios que serão enfrentados pelos Poderes ao longo de 2017 na capital piauiense.

Além do prefeito de Teresina, há a expectativa em torno da presença de outras autoridades, como, por exemplo, o coordenador da Corregedoria do TRE-PI, desembargador Valério Neto Chaves Pinto, o presidente da Assembleia Legislativa do Piauí, Themístocles Filho (PMDB), o Conselheiro Fede-

Vereadores vão apreciar reajuste do piso dos professores municipais, que ficou em 7,64%



VEREADORES voltam ao trabalho para início do ano

ral da OAB, Celso Barros Coelho Neto, e o vice-presidente do TCE, conselheiro Abelardo Vilanova.

O Legislativo Municipal já inicia o ano com discussões importantes, como é o caso do reajuste do piso dos professores que atuam na rede municipal de ensino, previsto para ficar na casa de 7,64%. O texto foi enviado para a apreciação dos vereadores e deve ser uma das primeiras matérias a ser votada no ano legislativo.

Já no caso da Assembleia Legislativa do Piauí, o retorno dos trabalhos está previsto para amanhã, dia 02 de fevereiro.

Na ocasião, o governador do Estado, Wellington Dias (PT), levará uma mensagem aos deputados estaduais, pautada basicamente na eficiência da gestão fiscal, que tem possibilitado ao Executivo manter o equilíbrio financeiro, na comparação com os demais entes federativos; além das ações direcionadas a ampliação dos investimentos em todo o Piauí, tendo em vista a meta da atual administração em destinar 10% da Receita Corrente Líquida (RCL) nesta aplicação, viabilizando maximizar as obras e a qualidade dos serviços nas distintas regiões.

IRREGULARIDADE

TCE identifica variação no salário de vereadores no Piauí

Por unanimidade, o Tribunal de Contas do Estado do Piauí (TCE-PI) deu parecer pela irregularidade das contas da Câmara Municipal de Tanque do Piauí, no exercício financeiro de 2013. A decisão do julgamento foi publicada na edição do Diário Oficial desta quarta-feira, 01; o processo em questão teve como relator o conselheiro substituto Jackson Nobre Veras. Na síntese de falhas remanescentes apontadas pelo órgão está o descumprimento do limite total de despesa com a Câmara e variação dos subsídios dos vereadores sem o envio de norma legal.

O julgamento de irregulari-

dade se deu após o Tribunal indicar que as falhas indicadas nas contas apreciadas não foram sanadas, sendo consideradas de natureza grave, ensejando assim na reprovação das contas. Para tomar a decisão, o órgão levou em consideração um parecer do Ministério Público de Contas (MPC), estabelecendo ainda a aplicação de multa ao presidente Antônio da Silva Vieira no valor correspondente a 500 UFR-PI (Unidade Fiscal de Referência), pouco mais de R\$ 1,5 mil, a ser recolhido pelo Fundo de Modernização do Tribunal de Contas (FMTC) no prazo de trinta dias, após o trânsito em julgado da decisão. Na ocasião,

a apreciação foi acompanhada pelo procurador Leandro Maciel do Nascimento.

Outro processo envolvendo o município de Tanque do Piauí julgado no TCE foi em relação a prestação de contas do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), do exercício financeiro de 2013. Na ação, relatada pelo conselheiro Jackson Veras, não foram identificadas falhas graves para justificar a reprovação das contas, nesse caso, o Pleno do órgão decidiu pela aprovação com ressalvas, sem aplicação de multa à gestora Maria do Espírito Santo. (F.T.)

Tribunal multa ex-prefeito em R\$ 1 mi por não prestar contas

O Tribunal de Contas do Estado do Piauí (TCE-PI) publicou na edição do Diário Oficial desta quarta-feira, dia 01, o julgamento referente a prestação de contas do município de Coronel José Dias, do exercício financeiro de 2011. No processo, relatado pelo conselheiro substituto Jackson Veras, o Pleno determinou por unanimidade a irregularidade nas contas, considerando o atraso médio de 37 dias na entrega dos balancetes mensais; o não envio do balancete de dezembro e o não envio de peças componentes da prestação. Além desses agravantes, o órgão identificou despesas realizadas sem o processo licitatório, totalizando o montante de R\$ 1,225 milhão aproximadamente.

Sem observar princípios e normas imprescindíveis, o órgão de controle revelou dano ao erário no município, elencando também pagamentos de despesas em espécie acima do limite legal e a contratação de serviços advocatícios sem o envio da licitação.

Com o resultado da apreciação, o Tribunal aplicou ao ex-gestor do município, José Alencar Pereira, multa no valor correspondente a 6.000 UFR-PI, o que representa aproximadamente R\$ 20 mil; além da imputação de débito de R\$ 1,019 milhão, em decorrência da ausência da prestação de contas relativas ao mês de dezembro do ano em questão. A apreciação do processo foi acompanhada pelo procurador

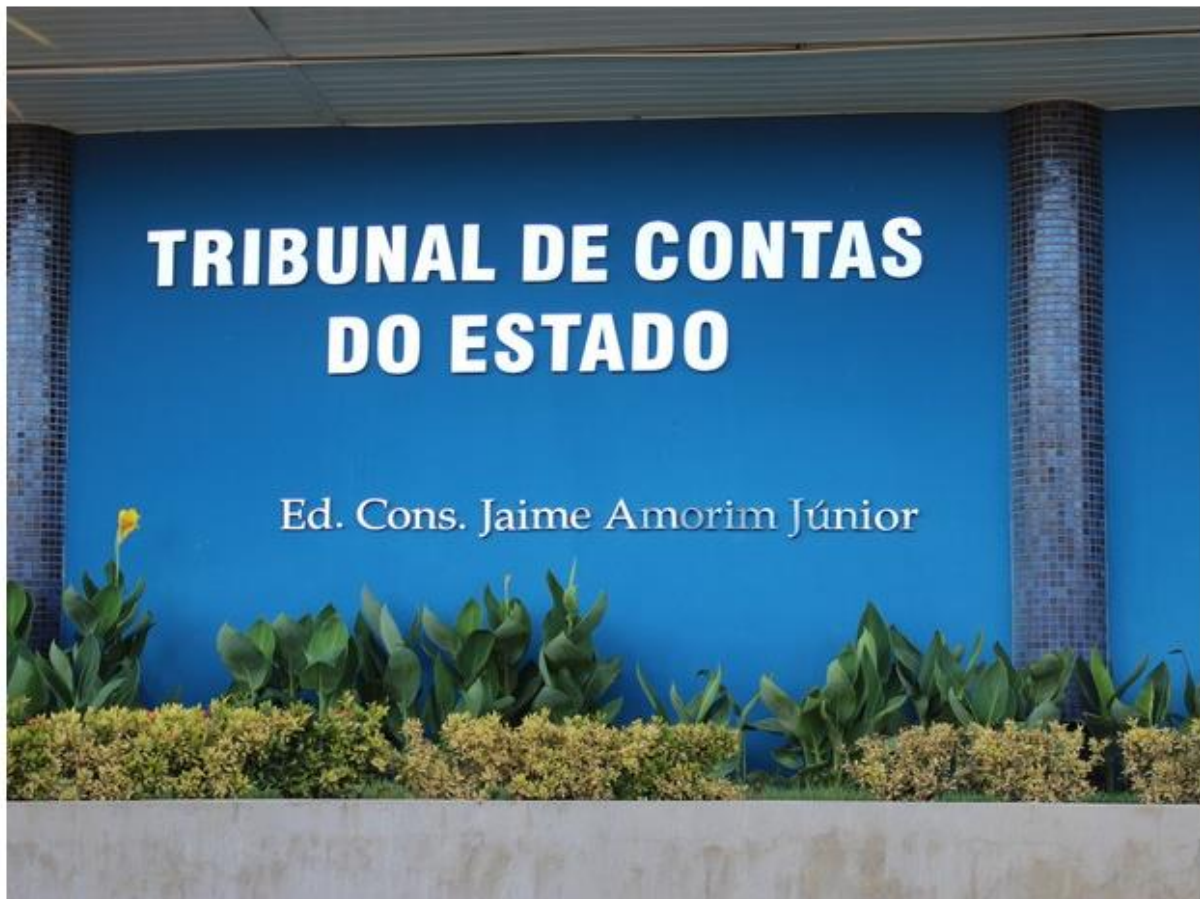
Leandro Maciel do Nascimento e contou com a presença dos conselheiros Abelardo Vilanova, Lilian Martins e o conselheiro substituto Jackson Veras.

A gestão do ex-prefeito de Coronel José Dias, José Alencar Pereira, também teve a prestação de contas do Fundeb (Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica) julgada como irregular, no exercício financeiro de 2011. Para embasar a decisão, o Pleno do Tribunal de Contas do Estado (TCE-PI) considerou falhas remanescentes como os gastos com profissionais do magistério abaixo do limite legal, fora despesas realizadas sem o procedimento licitatório na ordem de R\$ 215,8 mil. (F.T.)

TCE vê indício de irregularidade em obra da Uespi e envia caso para TCU

Para tribunal, existem indícios de direcionamento durante licitação de obra. Uespi afirma que ainda não foi oficialmente comunicada da decisão.

Do G1 PI



Tribunal de Contas do Piauí (Foto: Yara Pinho/G1)

O Tribunal de Contas do Estado (TCE-PI) julgou nesta terça-feira (31) procedente denúncia de supostas irregularidades na licitação e execução das obras da pista de atletismo da Universidade Estadual do Piauí (Uespi), no campus Poeta Torquato Neto, em Teresina. Como os recursos da obra são federais, o tribunal determinou ainda que o processo seja encaminhado ao Tribunal de Contas da União (TCU).



Universidade Estadual do Piauí (Foto: Reprodução/
TV Clube)

Procurada, a Uespi afirmou que ainda não foi oficialmente comunicada da decisão.

Orçada em R\$ 8,875 milhões, a construção da pista da Uespi teve início em 2015 e está em fase de conclusão. O relator da matéria, conselheiro-substituto Delano Câmara, disse que os autos demonstraram o descumprimento de formalidades e direcionamento do processo licitatório, sobretudo no rigor do edital, que exigia que as concorrentes fossem homologadas pelo Comitê Olímpico Internacional, o que resultou na exclusão de seis empresas locais da

disputa.

A firma contratada foi uma empresa de fora. Segundo o conselheiro, oito empresas entraram na disputa, sendo seis piauienses e duas de fora - uma delas eliminada ainda na fase inicial.

Delano observou ainda que a empresa vencedora apresentou o valor máximo estabelecido no edital de concorrência. "Como os recursos são federais e a obra é construída dentro dos padrões do Comitê Olímpico Internacional, todo o edital foi elaborado pela Caixa Econômica Federal, seguindo as normas do Comitê Olímpico. Mas as exigências do edital acabaram por inviabilizar a participação das empresas locais", observou ele.

Segundo parecer do Ministério Público de Contas (MPC), Delano votou pela procedência da denúncia e pelo apensamento dos autos à prestação de contas do exercício de 2015 da Uespi.

Link: <http://g1.globo.com/pi/piaui/noticia/2017/01/tce-ve-indicio-de-irregularidade-em-obra-da-uespi-e-envia-caso-para-tcu.html>

Tribunal de Contas do Piauí inicia auditoria operacional em presídios

Segundo conselheira, objetivo é analisar estrutura e custos das unidades. No Piauí, a solicitação da auditoria veio do Ministério Público de Contas.

Do G1 PI



O Tribunal de Contas do Estado do Piauí (TCE) inicia daqui a 20 dias uma auditoria operacional nas 15 unidades prisionais. O objetivo é analisar a estrutura e os custos de cada penitenciária durante os últimos cinco anos de administração.

Outros estados também devem fazer o mesmo trabalho. No Piauí, a solicitação veio do Ministério Público de Contas, que foi aprovada por unanimidade pelo TCE. A conselheira Lilian Martins revelou que durante a auditoria serão feitos vários desdobramentos.

"O primeiro seria a avaliação do sistema carcerário, em termos da quantidade de presos, custos da existência de cada unidade e as manutenções nos presídios. Queremos saber também a eficiência das políticas públicas, a gestão colocada com todo material humano envolvido e como tem sido o controle e fiscalização desses presídios nos últimos cinco anos", explicou.

Segundo a conselheira, serão analisados o controle interior Tfeito pelo poder executivo, quanto a nível externo, que é de responsabilidade do Tribunal de Contas. No final do trabalho, a auditoria vai produzir um relatório de caráter preventivo, educativo e punitivo.

"A partir disso teremos uma ação integrada para saber quais os projetos adotados em todos estados. Depois de ter feito o questionário, será feita a verificação de cada unidade, com a participação da Secretaria de Justiça. Por fim, vamos propor ações importantes, para que casos ocorridos em Pernambuco e Manaus não aconteçam no nosso estado. Todo o trabalho deve durar cinco meses", destacou Lilian Martins.

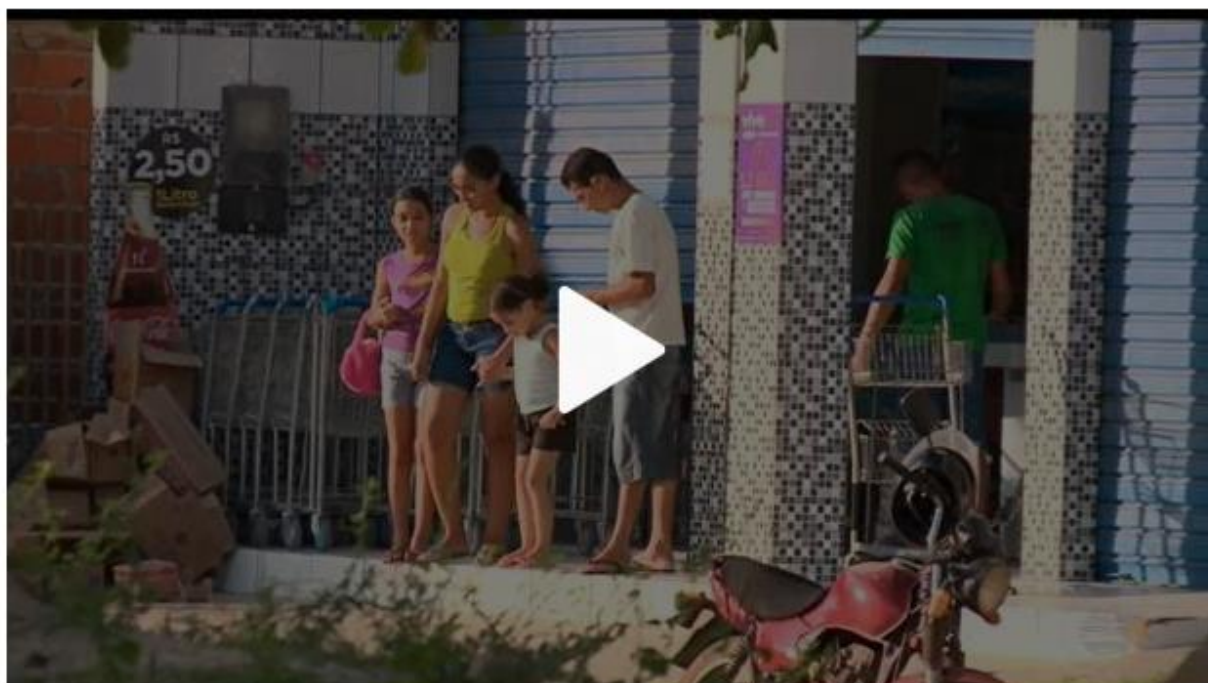
Link com vídeo: <http://g1.globo.com/pi/piaui/noticia/2017/02/tribunal-de-contas-do-piaui-inicia-auditoria-operacional-em-presidios.html>

31/01/2017 21h23 - Atualizado em 31/01/2017 21h23

População de cidade do PI denuncia caos administrativo e financeiro

Uma cobrança de R\$ 96 mil que chegou no dia 26 de janeiro na prefeitura. Energia de prédios públicos está cortada e frota de veículos está quebrada.

Do G1 PI



Servidores públicos de **Monsenhor Gil**, a 56 km de Teresina, denunciam o caos administrativo e financeiro que a cidade está passando. Segundo eles, a situação não é muito diferente de muitos outros municípios. Faz apenas um mês que os novos prefeitos assumiram as cidades, mas muitos ainda não tiveram condição de governar.

Mikael é um dos servidores públicos que se sente lesado. Ele fez um empréstimo consignado, descontado no contracheque, mas mesmo assim vem recebendo cobranças do banco. "Nós não temos nada a ver com a situação, porque já foi descontado, ou seja, a nossa parte tá feita", disse.

Assim como ele, muitos vários servidores estão na mesma situação. Uma cobrança de R\$ 96 mil que chegou no dia 26 de janeiro na prefeitura é referente a mais de 100 contratos de servidores de Monsenhor Gil. A prefeitura fez os descontos nos salários, mas não repassou o dinheiro ao banco.

Um mês depois de assumir, o prefeito ainda nem sequer sentou na cadeira devido a falta de energia no prédio, que está cortada. O débito com a Eletrobrás ultrapassa R\$ 1 milhão. “Eu achava e tinha certeza que iria encontrar o município com problema, mas não o caos que se encontra no nosso município”, contou o prefeito João Luiz.

Outra dívida é com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) também é grande e segundo o atual prefeito a cidade só recebeu repasse nessa segunda-feira (31), já que as duas primeiras parcelas do Fundo de Participação do Município (FPM) teriam ficado com a previdência social.

No setor de transporte, o único veículo da prefeitura em condições de transitar é uma ambulância. Os demais estão quebrados em um depósito da cidade, inclusive máquinas caras recebidas do governo federal. “Temos que sistematizar os problemas. Não adianta querer resolver tudo de uma vez”, disse o vice-prefeito, José Noronha.

Os prédios públicos também estão deteriorados e em situação de risco, alguns até sem funcionar. A cidade tem cerca de 10.500 mil habitantes segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Em nota, o ex-prefeito de Monsenhor Gil, Francisco de Sousa, conhecido como professor Pila, disse que a cidade foi entregue sem nenhum problema e que ao sair deixou tudo organizado. Que a única coisa que ele não conseguiu resolver foi a questão da energia. Ele reconhece que deixou com dívida, mas para o ex-prefeito, não existe situação de calamidade pública.

Link: <http://g1.globo.com/pi/piaui/noticia/2017/01/populacao-de-cidade-do-pi-denuncia-caos-administrativo-e-financeiro.html>

Tribunal de Contas aciona TCU para apurar licitação da pista de atletismo da Uespi



Imprimir



O Tribunal de Contas do Estado (TCE) enviou ao Tribunal de Contas da União (TCU), o processo que apura irregularidades na contratação da empresa que está construindo a pista de atletismo da Universidade Estadual do Piauí (Uespi). A obra teve início em 2015 e está orçada em R\$ 9 milhões.

Confira também

[Corredores participam de seletiva na pista de atletismo da UFPI](#)

[UFPI ganha pista moderna de atletismo](#)

[Obras na pista de atletismo da UFPI entram na reta final](#)

[UFPI recebe equipamentos para construção de pista de atletismo](#)

Segundo o conselheiro substituto do TCE, Delano Câmara, formalidades legais foram descumpridas na licitação.

“A licitação tem formalidades legais descumpridas. Além de ter inviabilizado a competição das várias empresas, no mérito ela contratou pelo limite máximo de valor. Quando se contrata uma licitação é divulgado previamente os tetos máximos e mínimos. Ela contratou o limite. No mérito formal há irregularidades e por se tratar de recurso federal nós decidimos enviar ao TCU para apurar”, disse o conselheiro.

Oito empresas participaram da licitação, sendo duas nacionais e 6 locais. As empresas locais questionaram o edital, já que ele exigia que a empresa fosse homologada pelo Comitê Olímpico Brasileiro (COB).

Segundo o TCE, a empresa vencedora da licitação ofereceu o valor máximo R\$ 199 o metro quadrado, enquanto as outras ofereceram R\$ 35 o metro quadrado.

A nova pista de atletismo da UESPI terá a certificação da IAAF – International Association of Athletics Federations, ou seja, cumpre as regras exigidas e certifica o pavimento válido da pista, com a instalação de acessórios fixos oficiais, conforme normas da IAAF e Confederação Brasileira de Atletismo -CBAt.

Com informações da TV Cidade Verde

redacao@cidadeverde.com

Link: <http://cidadeverde.com/noticias/240214/tribunal-de-contas-aciona-tcu-para-apurar-licitacao-da-pista-de-atletismo-da-uespi>

Gestão eficiente - 01/02/2017 às 09h24

Técnico do TCE visita Câmara de Morro Cabeça no Tempo-Pi

f Curtir

Compartilhar

4

Tweet

G+1 0

Compartilhar



Conheça as atitudes de pessoas de sucesso!



Esteve em visita na Câmara municipal de Morro Cabeça no Tempo, nesta terça feira dia 31 de fevereiro de 2017 os técnico deslocados do TCE-PI. A finalidade era justamente passar mais orientações ao novo gestor legislativo, o Presidente Sr Claudivon MARTins Alves e ao controlador interno da instituição. Dentre as orientações, os técnicos orientaram bastante como proceder numa contratação de jurídicos, tanto contbil ou judiciário. Também como proceder diante de contratos com pessoas física ou empresa, serviços e obras, compra e vendas. Na oportunidade o Sr Caudivon Martins garantiu dar uma cara nova, na estrutura física da Câmara municipal já nesse início de mandato, e pediu ainda a

presença do TCE-PI pelo menos uma vez por ano.no município.

Link: <http://180graus.com/morro-cabeca-no-tempo/tenico-do-tce-visita-camara-de-morro-cabeca-no-tempopi>

UESPI: TCU deve apurar desvio de R\$ 9 milhões para obra

TCE-PI decidiu pelo julgamento de procedência da denúncia e enviará para órgão federal

[Curtir](#) [Compartilhar](#) 21 [Tweet](#) [G+](#) 0 [Compartilhar](#) [Imprimir](#) [Enviar](#)



COMSERV PLUS
CONTROLE AMBIENTAL DE PRAGAS
(86) 3221-7957 9 9972-8945

“
Somos especialistas em Barreira Química para controle de Cupins

O Tribunal de Contas do Estado do Piauí vai encaminhar ao Tribunal de Contas da União a denúncia sobre o desvio de R\$ 9 milhões para obra de construção da pista de atletismo na Universidade Estadual do Piauí.

O TCE-PI avaliou a denúncia nesta terça-feira (31/01) e as supostas irregularidades teriam acontecido na contratação da empresa que construiu a pista de atletismo da instituição, licitada em 2015.

A Lisonda Construções LTDA foi habilitada para realizar a obra. Outras sete empresas concorriam, mas foram eliminadas ainda na primeira fase.

A desconfiança começou com a exigência no edital de uma homologação do Comitê Olímpico Brasileiro (COB), uma vez que as construtoras piauienses não possuíam, desde então suspeitava-se de um direcionamento para uma empresa de fora.

- *Modelo de pista de atletismo de padrão internacional*



Além disso, a empresa vencedora da licitação, se ofereceu para fazer a pista no valor máximo, R\$ 199 o m², enquanto empresas do Piauí ofereciam até menos de R\$ 40 pelo mesmo serviço.

Em entrevista ao programa Jornal do Piauí, da TV Cidade Verde, o conselheiro substituto do TCE-PI, Delano Carneiro, explicou as próximas ações. "O Tribunal de Contas decidiu pelo julgamento de procedência da denúncia, porque ela tem formalidades legais descumpridas e no mérito, além dela ter inviabilizado a competição das várias empresas, no mérito, ela contratou pelo limite máximo de valor", disse.

- O piso da pista de atletismo da UESPI era de brita



"Por se tratar de recurso federal, nós decidimos pelo encaminhamento ao TCU, para apuração desse valor, em relação a contratação da pista de atletismo", concluiu.

A pista de atletismo da UESPI ainda está em construção e a previsão de entrega é para o segundo semestre de 2017. A Associação Piauiense de Empresários de Obras Públicas (APEOP-PI) já havia denunciado as supostas irregularidades após o processo de licitação.




Link: <http://180graus.com/noticias/uespi-tcu-deve-apurar-desvio-de-r-9-milhoes-para-obra>

Dó Bacelar é denunciado ao TCE por conta de Decreto de Emergência


Os denunciantes alegam que a decretação do Estado de Emergência não condiz com a realidade do município.

GIL SOBREIRA

01/02/2017 © 09h57 - atualizado © 10h28

 Compartilhe no Facebook

 Compartilhe no Twitter

 Compartilhe no Google+

 Enviar por E-mail

 Mais opções

O ex-prefeito de Porto, Francisco Geronço, o conhecido “Manin Geronço” e o vereador Marcelino de Oliveira (PT) apresentaram denúncia ao Tribunal de Contas do Estado em relação ao Decreto de Emergência baixado pelo atual prefeito Dó Bacelar (PP).

Os denunciantes alegam que a decretação do Estado de Emergência não condiz com a realidade do município, uma vez que passou por uma transição governamental regular, com a entrega de toda a documentação e informações pertinentes. Argumentam que a administração anterior deixou todas as folhas de pagamento dos servidores efetivos pagas, com exceção de parte da folha da quota 60% do FUNDEB; que todos os empregados públicos e servidores vinculados à Secretaria de Assistência Social e Saúde perceberam na integralidade os seus vencimentos; que, em relação aos servidores da saúde, resta unicamente parte do mês de dezembro/2016, por ausência de adimplemento de responsabilidade por parte do Estado do Piauí; e que deixou fundos em caixa para que tais pagamentos fossem concluídos.

“Diferente do que ora se expõe, a atual gestão tem propagado informações de que o município está em completa desordem, e que o antigo prefeito não deixou recurso em caixa, o que, como se confere pela documentação ora colacionada, não condiz com a realidade”, diz trecho da denúncia.

A denúncia foi instruída com a cópia do Decreto de Emergência, datado de 02 de janeiro de 2017, extratos bancários das contas da Saúde – FUS, Educação – Fundeb e Administração- FPM de Dezembro; comprovantes de pagamento dos meses de setembro, outubro e novembro de 2016 dos servidores efetivos e temporários da saúde e Administração e atas e fotos das reuniões com a equipe de transição.

O conselheiro substituto Alisson Felipe de Araújo admitiu a denúncia em decisão datada de 27 de janeiro de 2017 e determinou a citação de Dó Bacelar para se manifestar no prazo improrrogável de 15 dias comprovando cada uma das alegações feitas no Decreto que declara Estado de Emergência no município.

Link: <http://www.gp1.com.br/noticias/do-bacelar-e-denunciado-ao-tce-por-conta-de-decreto-de-emergencia-408338.html>

Tribunal julga procedente representação contra Ema Flora

Em sua defesa, a ex-prefeita Ema Flora afirmou que a prefeitura de Luzilândia apresentou as prestações de contas antes que fosse determinado o bloqueio das contas pelo TCE.

BÁRBARA RODRIGUES

01/02/2017 © 10h08 - atualizado © 10h28

 Compartilhe no Facebook

 Compartilhe no Twitter

 Compartilhe no Google+

 Enviar por E-mail

 Mais opções

O Tribunal de Contas do Estado do Piauí (TCE-PI) julgou, no dia 30 de janeiro, procedente representação do Ministério Público de Contas contra a ex-prefeita de Luzilândia, Ema Flora.

O Ministério Público de Contas ingressou com representação com pedido cautelar pedindo o bloqueio das contas bancárias da Prefeitura Municipal de Luzilândia, em virtude da não prestação de contas dos meses de janeiro a junho, exercício de 2016, alusivo ao Sagres Contábil, Sagres Folha e Documentação Web, impedindo assim a fiscalização do órgão.

Em sua defesa, a ex-prefeita Ema Flora afirmou que a prefeitura de Luzilândia apresentou as prestações de contas antes que fosse determinado o bloqueio das contas pelo TCE e que por isso a ação perdeu o seu objeto.

Para a conselheira Lilian Martins, o fato de ter apresentado de forma atrasada as prestações de contas não tira a responsabilidade da ex-prefeita. “A Constituição Federal no artigo 70 no seu parágrafo único, estabelece que prestará contas qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, guarde, arrecade, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta, assuma obrigações de natureza pecuniária. Desta forma, o dever de prestar contas no prazo legal, é elementar na conduta de quem quer que se utilize dos recursos públicos. O não cumprimento desse dever pode configurar ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da Administração Pública”, destacou.

Também ficou determinado que a representação seja anexada no processo de prestação de contas referente ao exercício financeiro de 2016, para que repercuta negativamente no julgamento.

Link: <http://www.gp1.com.br/noticias/tribunal-julga-procedente-representacao-contr-ema-flora-408337.html>

Procurador quer evitar gastança no carnaval em municípios que decretaram emergência

Contraditoriamente, dezenas de prefeitos alegam falta de recursos

Da Redação do Portal AZ | 31 de Janeiro de 2017, 18:03



O procurador Geral do Ministério Público de Contas, Plínio Valente, apresentará proposta ao Tribunal de Contas do Estado (TCE) para que recomende aos municípios que tenham decretado situação de emergência que não promovam festas no período de Carnaval com recursos da administração pública.



Procurador Plínio Valente

O procurador-geral, Plínio Valente, considera contraditório o anúncio da realização das festividades, sendo que os gestores alegaram estado de calamidade para que pudessem contratar serviços e realizar obras sem licitações, com o intuito de resolver casos considerados emergenciais.

A proposta será apresentada ao presidente da Corte, Olavo Ribeiro, na sessão plenária da dessa quinta-feira (02). Caso o TCE aprove o parecer, será feita a fiscalização do cumprimento da medida nas cidades.

Municípios com decreto

De acordo com o Tribunal de Contas do Estado (TCE), 72 municípios estão com decreto de emergência. Na última quinta-feira (26), o Tribunal de Contas do Estado (TCE-PI) rejeitou por unanimidade os decretos de situação de emergência ou de calamidade em 15 municípios piauienses que passaram por auditoria da Corte de Contas nas últimas duas semanas.

Link: <https://www.portalaz.com.br/noticia/geral/389098/procurador-quer-evitar-gastanca-no-carnaval-em-municipios-que-decretaram-emerg>

01/02/2017 - 10:36

TCE detecta irregularidades em obras de pista de atletismo da Uespi

Processo será encaminhado para o Tribunal de Contas da União.

Autor: Capital Teresina

O Tribunal de Contas do Estado (TCE-PI) identificou irregularidades na licitação e execução das obras da pista de atletismo da Universidade Estadual do Piauí (Uespi). A decisão, da 1ª turma do Tribunal, foi tomada na sessão desta terça-feira (31). Orçada em R\$ 8,875 milhões, a construção da pista da Uespi teve início em 2015 e está em fase de conclusão.



Pista de atletismo da Uespi Foto/Reprodução

O relator da matéria, conselheiro-substituto Delano Câmara, disse que os autos demonstraram o descumprimento de formalidades e direcionamento do processo licitatório, sobretudo no rigor do edital, que exigia que as concorrentes fossem homologadas pelo Comitê Olímpico Internacional, o que resultou na exclusão de seis empresas locais da disputa. A contratada foi uma empresa de fora. Segundo ele, oito empresas entraram na disputa, sendo seis piauienses e duas de fora – uma delas eliminada ainda na fase inicial.

Delano observou ainda que a empresa vencedora apresentou o valor máximo estabelecido no edital de concorrência. "Como os recursos são federais e a obra é construída dentro dos padrões do Comitê Olímpico Internacional, todo o edital foi elaborado pela Caixa Econômica Federal, seguindo as normas do Comitê Olímpico. Mas as exigências do edital acabaram por inviabilizar a participação das empresas locais", observou ele.

O Ministério Público de Contas (MPC) votou pela procedência da denúncia e determinou que o processo seja encaminhado ao Tribunal de Contas da União (TCU) para as providências cabíveis, visto que os recursos aplicados são do Governo Federal. Ele votou ainda pelo apensamento dos autos à prestação de contas do exercício de 2015 da Uespi.

Já o procurador Pinheiro Júnior, do MPC-PI, recomendou a aplicação de multa ao reitor da Uespi, Nougá Cardoso, e à presidente da Comissão Permanente de Licitação, Cândida Helena de Alencar Andrade. O voto dele foi aprovado por unanimidade pelos demais conselheiros da 1ª Câmara.

Link: <http://www.capitalteresina.com.br/noticias/piaui/tce-detecta-irregularidades-em-obras-de-pista-de-atletismo-da-uespi-49137.html>